

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA II**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na peça prática, esses valores corresponderão a **30,00 pontos** e **1,50 ponto**, respectivamente.

-- PROVA DISCURSIVA II --

QUESTÃO 1

Em 2019, um município do estado do Pará realizou licitação, na modalidade convite, para contratar serviço de limpeza para a sede da sua prefeitura. O valor estimado para a contratação, por um período de 12 meses, era de R\$ 80 mil, tendo sido o contrato omisso quanto a eventual possibilidade de prorrogação.

A empresa X Terceirizações sagrou-se vencedora no certame, tendo firmado contrato com a prefeitura e iniciado a prestação do serviço em 1.º/1/2020. O referido contrato foi prorrogado em 31/12/2020 por mais 12 meses, tendo sido aplicado o índice oficial de inflação para o reajuste dos valores contratuais.

Em 7/1/2020, o Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza ofereceu denúncia ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), na qual pugnou pela declaração de nulidade da prorrogação do contrato. Cautelarmente, requereu a suspensão da prestação do serviço, alegando: (i) nulidade da licitação, por não se aplicar ao caso a modalidade convite; (ii) ausência de previsão de possibilidade de prorrogação contratual; (iii) violação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de o valor contratado ter sido reajustado por índice de inflação, sem que tivesse havido qualquer reajuste dos salários dos prestadores de serviço.

Considerando essa situação hipotética, redija um texto acerca das questões levantadas na denúncia, abordando, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- 1 legitimidade de sindicato para apresentar denúncia ao TCM/PA; [valor: 0,50 ponto]
- 2 possibilidade de o TCM/PA suspender diretamente a execução do contrato; [valor: 3,00 pontos]
- 3 possibilidade de utilização da modalidade convite no referido processo de licitação; [valor: 1,00 ponto]
- 4 possibilidade de prorrogação do contrato; [valor: 2,00 pontos]
- 5 validade do índice utilizado para reajuste ou repactuação do contrato. [valor: 3,00 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

QUESTÃO 2

Nas Disposições Gerais da primeira Constituição brasileira, já era mencionada a necessidade da criação de um tribunal de contas para liquidar as contas de receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso Nacional. A partir de então, todas as Cartas Políticas trataram do Tribunal de Contas da União. Na Carta Política de 1967, o tema foi abordado da seguinte forma.

“Art. 71 A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de controle externo e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1.º O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2.º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anualmente. Não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo o Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3.º A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes da União, que, para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar as inspeções que considerar necessárias.

§ 4.º O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções referidas no parágrafo anterior.

§ 5.º As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção aplicam-se às autarquias.”

Com base nessas informações e nas disposições da Constituição Federal de 1988, discorra a respeito de cinco mudanças promovidas pelo poder constituinte de 1988, originário ou derivado, em comparação com a Carta Política de 1967, acerca da atuação do controle externo exercido no Brasil. [valor: 9,50 pontos]

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

QUESTÃO 3

Alfredo foi servidor público do Poder Executivo do estado do Pará, tendo exercido a função de médico por um período de 18 anos, até a data do seu óbito, ocorrido em 10/10/2021, em decorrência de um acidente vascular cerebral. Nos últimos 7 anos de vida, o referido servidor também exerceu a função de professor universitário em uma autarquia educacional do estado do Pará.

Alfredo foi casado com Maria por aproximadamente 20 anos, com quem teve três filhos: Flávio, atualmente com 24 anos de idade, Gustavo, atualmente com 20 anos de idade, e Vilma, atualmente com 17 anos de idade. Desde o divórcio, ocorrido há 4 anos, Maria recebia pensão alimentícia de Alfredo, cuja obrigação seria devida por 5 anos.

Nos últimos 11 meses de vida, Alfredo conviveu com Cláudia, com quem teve Lucas, nascido em 02/10/2021.

Com base na situação hipotética apresentada e à luz da legislação pertinente à matéria, redija um texto dissertativo, atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra, de forma fundamentada, sobre a possibilidade de concessão de benefício(s) previdenciário(s) e indique o(s) órgão(s) responsável(eis) pela concessão. [valor: 3,50 pontos]
 - 2 Indique o(s) benefício(s) devido(s) e o(s) respectivo(s) beneficiário(s). [valor: 3,00 pontos]
 - 3 Indique por quanto tempo o(s) beneficiário(s) terá(ão) direito ao(s) benefício(s) previdenciário(s). [valor: 3,00 pontos]
-

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

PEÇA PRÁTICA

A Fundação A.C., localizada em Belém – PA, foi instituída em 2010, com a finalidade de promover atividades de assistência social e educação. Todas as exigências legais do processo de regulamentação da entidade foram respeitadas. Uma das exigências para a manutenção das atividades da referida fundação é a prestação de contas anual. Entretanto, desde 2016, a instituição não presta contas de suas atividades anuais ao Ministério Público para aferição da regularidade contábil, patrimonial e finalística, conforme comprovação por meio de certidão contábil, agindo a entidade de forma contrária ao que exigem a legislação civil e o próprio estatuto da fundação.

O Ministério Público, ao tomar ciência da irregularidade, solicitou a realização de vistoria na fundação, a fim de averiguar suas condições de funcionamento. Nessa visita, o presidente da fundação comprometeu-se a apresentar as contas faltantes, porém, até o momento, continua inerte.

Consta que a última aprovação de contas da mencionada fundação ocorreu em 2015 e que, durante o período da pendência de prestações de contas, a Fundação A.C. recebeu recursos públicos repassados pelo governo do estado do Pará, conforme se comprova por certidão contábil.

Devido a essa falta, em outubro de 2020, foi expedida uma nova notificação requisitória, por intermédio de ofício, endereçada à fundação para que esta procedesse à prestação de contas no prazo de 30 dias. A notificação foi devidamente recebida, porém o prazo escoou-se sem que houvesse qualquer manifestação da instituição.

Em janeiro de 2022, o Ministério Público solicitou uma nova inspeção no local de funcionamento da mencionada entidade e constatou a inexistência de atividade no local, o que o levou a concluir que a fundação não poderia mais ser mantida, dada a irrefutabilidade das provas de sua inatividade.

Atualmente, a Fundação A.C. encontra-se em situação irregular em decorrência de omissão e posterior inatividade. Importa acrescentar que também existe um inquérito civil público que investiga indícios de supostas fraudes e dilapidações patrimoniais praticadas pela referida entidade.

Em face dessa situação hipotética, elabore, em nome do Ministério Público, a peça processual pertinente, tendo em vista que o caso envolve a proteção do patrimônio público e social, o não alcance da finalidade da Fundação A.C. e a impossibilidade de sua manutenção. Ao redigir a peça processual, fundamente-a adequadamente, dispense o relatório e não crie fatos novos.

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	